

# DECRETO Nº 14.341 DE 01 DE MARÇO DE 2013

(Publicado no Diário Oficial de 02 e 03/03/2013)

**Procede à Alteração nº 11 ao Regulamento do ICMS, e dá outras providências.**

**O GOVERNADOR DO ESTADO DA BAHIA**, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto nos Convênios ICMS 138/12 e 141/12,

## DECRETA

**Art. 1º** A coluna “MVA nas aquisições de UF não signatária de acordo interestadual (conforme a Alíq. interestadual aplicada no estado de origem)” dos itens 2.1 a 2.5, 3, 33.1 e 33.2, 34 e 35 do Anexo Único do Regulamento do ICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

<i>“Item</i>	<i>MVA nas aquisições de UF não signatária de acordo interestadual (conforme a Alíq. interestadual aplicada no estado de origem)”</i>
2.1	147,52% (Aliq. 4%) 139,78% (Aliq. 7%) 126,89% (Alíq.12%)
2.2	131,33% (Aliq. 4%) 124,10% (Aliq. 7%) 112,05% (Aliq. 12%)
2.3	126,70% (Aliq. 4%) 119,61% (Aliq. 7%) 107,81% (Aliq. 12%)
2.4	260,87% (Aliq. 4%) 249,59% (Aliq. 7%) 230,80% (Aliq. 12%)
2.5	147,52% (Aliq. 4%) 139,78% (Aliq. 7%) 126,89% (Alíq.12%)”
“3	52,32% (Aliq. 4%) 47,56% (Aliq. 7%) 39,62% (Alíq.12%)”
“33.1	<i>Massas, macarrão instantâneo e pães:</i> 38,80% (Aliq. 4%) 34,46% (Alíq. 7%) 27,23% (Alíq.12%) <i>demais produtos:</i> 50,36% (Aliq. 4%) 45,66% (Alíq. 7%) 37,83% (Alíq.12%)
33.2	50,36% (Aliq. 4%) 45,66% (Alíq. 7%) 37,83% (Alíq.12%)”
“34	27,23% (Aliq. 4%) 23,25% (Alíq. 7%) 16,63% (Alíq.12%)
35	21,45% (Aliq. 4%) 17,65% (Alíq. 7%) 11,33% (Alíq. 12%)”

**Art. 2º** - Ficam acrescentados ao Regulamento do ICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012, os seguintes dispositivos:

**I** - o § 5º ao art. 250:

*“§ 5º Os contribuintes obrigados à EFD a partir de janeiro de 2013, poderão enviar os arquivos correspondentes aos meses de janeiro e fevereiro de 2013 até o dia 25/04/2013.”*

**II** - o inciso XV ao *caput* do art. 270:

*“XV - aos fabricantes de charutos, o valor equivalente a 90% (noventa por cento) do imposto incidente no momento da saída desses produtos.”*

**Art. 3º** - Ficam acrescentados os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 5º do Regulamento das Taxas do Estado da Bahia - RTAXAS, aprovado pelo Decreto nº 28.595, de 31 de dezembro de 1981, com as seguintes redações, sendo renumerado o seu parágrafo único para § 1º, mantida a sua redação:

*“§ 2º Em relação ao pagamento da taxa cobrada pela consulta tributária formal na área da Secretaria da Fazenda, será observado o seguinte:*

*I - quando o contribuinte der entrada na consulta através do site da Secretaria da Fazenda, o pagamento da taxa deverá ser efetuado até o primeiro dia útil seguinte à referida entrada;*

*II - quando o contribuinte der entrada na consulta nas unidades de atendimento presencial da SEFAZ, o pagamento deverá ser efetuado antes da referida entrada.*

*§ 3º O recolhimento da taxa anual pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios, no âmbito da Secretaria da Segurança Pública, deve ser efetuado integralmente até o dia 31 de maio do ano em referência, ou dividido em até 8 (oito) parcelas mensais, iguais e consecutivas, com vencimento da primeira parcela na referida data, não podendo o valor mínimo de cada parcela ser inferior a R\$100,00 (cem reais).*

*§ 4º Para efeito de cobrança da taxa anual pela utilização potencial do serviço de extinção de incêndios, a Secretaria da Fazenda poderá firmar convênio com concessionária de serviço público ou com órgãos da Administração Pública federal ou municipal.”*

**Art. 4º** O § 1º do art. 7º do Decreto nº 4.316, de 19 de junho de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação, produzindo efeitos a partir de 01/03/2013:

*“§ 1º Nas operações de saídas interestaduais, desde que obedecidas as mesmas condições previstas neste artigo, o estabelecimento importador efetuará um lançamento de crédito fiscal em sua escrita de tal forma que a carga tributária incidente corresponda a:*

*I - 1% (um por cento) nas operações em que a alíquota incidente seja de 4% (quatro por cento);*

*II - 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) nas operações em que a alíquota incidente seja de 12% (doze por cento).”*

**Art. 5º** Fica acrescentado o inciso XLVII ao *caput* do art. 2º do Decreto nº 6.734, de 09 de setembro de 1997, com a seguinte redação:

*“XLVII - nas importações e aquisições internas de insumos indicados a seguir, destinados exclusivamente à fabricação de pás e acessórios para geradores eólicos:*

- a) resinas epóxicas sem carga NCM 3907.30.22;*
- b) esteiras (MATS) de fibras de vidro NCM 7019.31;*
- c) tecidos de fibras de carbono NCM 6815.10.2;*
- d) madeira balsa serrada ou fendida longitudinalmente, cortada transversalmente ou desenrolada, mesmo aplainada, lixada ou unida pelas extremidades NCM 4407.22;*
- e) outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de poliamidas NCM 3920.92;*
- f) mástique de vidraceiro, cimentos de resina e outros mástiques NCM 3214.10.1;*
- g) outras obras de plásticos e obras de outras matérias das posições 39.01 a 39.14 NCM 3926.90.9;*
- h) outras chapas, folhas, películas, tiras e lâminas, de plásticos de polímeros de cloreto de vinila (Espuma) NCM 3921.12;*
- i) outras tintas à base de polímeros acrílicos ou vinílicos NCM 3208.20.19;*
- j) outros parafusos e pinos ou pernos, mesmo com as porcas e arruelas NCM 7318.15.”*

**Art. 6º** Os dispositivos do Regulamento do Processo Administrativo Fiscal, aprovado pelo Decreto nº 7.629, de 09 de julho de 1999, a seguir indicados, passam a vigorar com as seguintes redações:

**I - o caput do art. 61:**

*“Art. 61. A consulta será indeferida quando viciada de ilegitimidade de parte, inepta, ineficaz ou quando não for efetuado o pagamento da taxa pela prestação de serviço de consulta no prazo regulamentar.”*

**II - o inciso III do caput do art. 136:**

*“III - a distribuição, determinando-se a Junta ou Câmara de Julgamento e o respectivo Relator mediante sorteio, de forma equitativa, seguida da imediata:*

*a) entrega ao Relator da Junta de Julgamento para instrução, na primeira instância;*

*b) remessa à representação da Procuradoria Geral do Estado para emissão de parecer no prazo previsto no art. 118, na segunda instância, sendo que é dispensável essa providência quando:*

*1 - já tiver havido o pronunciamento da Procuradoria Geral do Estado em fase anterior;*

*2 - tratar-se de recurso de ofício;*

*3 - tratar-se de recurso voluntário em processo administrativo fiscal de valor inferior a R\$100.000,00 (cem mil reais).”*

**Art. 7º** - Fica acrescentado o art. 10-C ao Regulamento do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica do Estado da Bahia - DESENVOLVE, aprovado pelo Decreto nº 8.205, de 03 de abril de 2002, com a seguinte redação:

*“Art. 10-C. Empreendimento novo, expansão, reativação ou modernização, cujo produto final esteja classificado nos capítulos 25 e 26 da Tabela de Incidência do Imposto Sobre Produtos Industrializados (TIPI), excetuados aqueles em estado bruto, somente poderão se enquadrar na Classe III da Tabela I anexa a este regulamento, e desde que o projeto obtenha índice de aderência à matriz de desenvolvimento industrial do Estado superior a 7,0 (sete).”*

**Art. 8º** - Os itens “2.2” e “2.6” da coluna “Mercadoria” do Anexo Único do Decreto nº 14.213, de 22 de novembro de 2012, passam a vigorar com as seguintes redações:

“ITEM	MERCADORIA
2.2	<i>Peixe, inclusive alevino, e de produtos comestíveis resultantes do seu processamento, em estado natural, ainda que resfriados ou congelados, bem como defumados ou temperados, destinados à alimentação humana.</i>
2.6	<i>Açúcar e álcool.”</i>

**Art. 9º** Ficam acrescentados os itens “2.7” a “2.14” e o item “4.5” ao Anexo Único do Decreto nº 14.213, de 22 de novembro de 2012, com as seguintes redações:

“ITEM	MERCADORIA	BENEFÍCIO	CRÉDITO ADMITIDO
2.7	<i>Fios, tecidos, vestuário ou outros artefatos têxteis de algodão</i>	<i>Crédito presumido de 41,66% do imposto incidente - Art. 75, inciso VII, RICMS/MG</i>	<i>4,08% sobre a base de cálculo</i>
2.8	<i>Produtos eletroeletrônicos</i>	<i>Crédito presumido de 100% do imposto devido - Art. 75, inciso X, RICMS/MG</i>	<i>0% sobre a base de cálculo</i>
2.9	<i>Polpas, concentrados, doces, conservas e geléias de frutas ou de polpa, e extrato de tomate; sucos, néctares e bebidas não gaseificadas preparadas a partir de concentrados de frutas; suco ou molho de tomate, inclusive ketchup</i>	<i>Crédito presumido de 70% do imposto incidente - Art. 75, inciso XII, RICMS/MG</i>	<i>2,1% sobre a base de cálculo</i>
2.10	<i>Discos fonográficos, outros suportes com sons e/ou imagens gravados</i>	<i>Crédito presumido de 50% do imposto incidente - Art. 75, inciso XIII, RICMS/MG</i>	<i>3,5% sobre a base de cálculo</i>
2.11	<i>Leite pasteurizado tipo “A”, “B” ou “C” ou leite UHT (UAT)</i>	<i>Carga tributária de 1% - Art. 75, inciso XVI, RICMS/MG</i>	<i>1% sobre a base de cálculo</i>
2.12	<i>Embalagem de papel e de papelão ondulado, papel destinado à fabricação de embalagem de papel e de papelão ondulado e papelão ondulado</i>	<i>Carga tributária de 3,5% - Art. 75, inciso XIX, RICMS/MG</i>	<i>3,5% sobre a base de cálculo</i>
2.13	<i>Farinha de trigo</i>	<i>Crédito presumido de 100% do imposto incidente - Art. 75, inciso XXVI, RICMS/MG</i>	<i>0% sobre a base de cálculo</i>
2.14	<i>Macarrão não cozido</i>	<i>Crédito presumido de 100% do imposto incidente - Art. 75, inciso XXVII, RICMS/MG</i>	<i>0% sobre a base de cálculo</i>

4.5	<i>Aves ou produtos resultantes do seu abate, e com suínos</i>	<i>Crédito presumido de 12% sobre o valor da operação - Art. 107, XXXIV, RICMS/ES</i>	<i>0% sobre a base de cálculo</i>
-----	--	---	-----------------------------------

**Art. 10.** O *caput* do art. 3º do Decreto nº 14.087, de 10 de agosto de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º Ficam isentas do ICMS as prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação efetuadas pelo Comitê Organizador Brasileiro Ltda. - LOC ou efetuadas pelos Prestadores de Serviços da FIFA, desde que prestados diretamente à FIFA, à Subsidiária FIFA no Brasil, ao Comitê Organizador Brasileiro Ltda. (LOC) ou a órgãos da Administração Pública Direta Estadual e Municipal, desde que sejam sede das Competições ou de Centros de Treinamentos Oficiais de Seleções, suas autarquias e fundações, e estejam vinculados à organização ou realização da Copa das Confederações FIFA 2013, e da Copa do Mundo FIFA 2014 (Conv. ICMS 142/11).”*

**Art. 11.** Ficam revogadas:

**I** - o inciso VIII do *caput* do art. 280 do Regulamento do ICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780, de 16 de março de 2012;

**II** - o item 2.3 do Anexo Único do Decreto nº 14.213, de 22 de novembro de 2012.

**Art. 12.** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, em 01 de março de 2013.

**JAQUES WAGNER**

Governador

Rui Costa

Secretário da Casa Civil

Luiz Alberto Bastos Petitinga

Secretário da Fazenda